

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RONISE JARDIM

**O SETOR COUREIRO-CALÇADISTA GAÚCHO E A CRISE INTERNACIONAL DE
2008**

Porto Alegre

2010

RONISE JARDIM

**O SETOR COUREIRO-CALÇADISTA GAÚCHO E A CRISE INTERNACIONAL DE
2008**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Marcilene Aparecida Martins

Porto Alegre

2010

RONISE JARDIM

**O SETOR COUREIRO-CALÇADISTA GAÚCHO E A CRISE INTERNACIONAL DE
2008**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2010.

Profa. Marcilene Aparecida Martins - orientador
UFRGS

Profa. Jaqueline A. H. Haffner
UFRGS

Profa. Karen Stallbaum
UFRGS

RESUMO

Este trabalho tem como tema o setor coureiro-calçadista gaúcho na crise econômica financeira internacional de 2008. É realizada uma análise do setor desde o seu surgimento no Estado do Rio Grande do Sul e toda a sua evolução até o pós crise. É dada ênfase para o período de reestruturação ocorrido na década de 1990, pois trata-se de um marco na história recente do setor calçadista. Depois é tratado o setor no pré-crise de 2008 para que seja possível perceber a evolução na crise e no pós-crise.

PALAVRAS CHAVES: Calçados. Setor coureiro-calçadista. Crise de 2008.

ABSTRACT

This work is about the gaucho leather and shoe sector in international economic and financial crisis of 2008. It is an analysis of the industry since its inception in the state of Rio Grande do Sul and throughout its development to the post crisis. We focus on the restructuring period occurred in the 1990s because it is a landmark in the recent history of footwear manufacturing. Then we began to treat the sector in the pre-2008 crisis to realize progress in crisis and post crisis.

KEY WORDS: Footwear. Leather-Footwear Industry. The 2008 crisis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportações brasileira de calçados.....	34
Tabela 2 _ Produção brasileira de calçados e consumo aparente.....	35
Tabela 3 _ Evolução das importações brasileira da China.....	35
Tabela 4 _ Representatividade das exportações gaúchas de calçados sobre o total das exportações do Rio Grande do Sul(1995-1999).....	41
Tabela 5 _ Representatividade das exportações gaúchas de calçados sobre o total das exportações do Rio Grande do Sul(2003-2007).....	42
Tabela 6 _ Exportações brasileiras de calçados.....	42
Tabela 7_ Uma análise das exportações de calçados nos anos 2007- 2009.....	45
Tabela 8 _ Uma análise das exportações de calçados nos anos 2009 e 2010....	46
Tabela 9 _ Os seis principais países de onde o Brasil importou calçados(2007 – 2009).....	48
Tabela 10 _ Composição Relativa das importações.....	49
Tabela 11 _ Os seis principais países de onde o Brasil importou calçados(2009 – 2010).....	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 HISTÓRICO DO SETOR COUREIRO CALÇADISTA GAÚCHO.....	9
2.1 A origem da indústria de calçados.....	9
2.2 Do artesanato rural às fábricas.....	11
2.3 A industrialização.....	13
2.4 A consolidação do setor calçadista gaúcho.....	15
3 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA DÉCADA DE 90.....	18
3.1. Introdução.....	18
3.2 A Abertura Econômica.....	20
3.3 O Plano Real.....	21
3.4 Outras reformas econômicas do período.....	22
4 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO SETOR COUREIRO-CALÇADISTA GAÚCHO DOS ANOS 1990 AO PRÉ- CRISE DE 2008.....	27
4.1. A evolução do setor ao longo dos anos 90.....	27
4.1.1 A crise de 1994 – uma desfavorável conjunção de fatores.....	30
4.1.2 A estrutura produtiva do setor mostrou-se frágil na década de 1990.....	32
4.2. O setor coureiro-calçadista brasileiro nos anos 2000 até antes da crise de 2008.....	34
5 A CRISE ECONOMICA DE 2008 E SEUS IMPACTOS SOBRE O SETOR COUREIRO-CALÇADISTA GAÚCHO.....	37
5.1. Origem, causas e impactos da crise de 2008 sobre a economia brasileira.....	37
5.2. O setor coureiro-calçadista gaúcho nos anos que antecederam à crise.....	40
5.3. O setor coureiro-calçadista gaúcho diante da crise.....	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do setor coureiro-calçadista gaúcho frente à crise financeira econômica internacional de 2008. A relevância deste trabalho está no estudo da crise econômica de 2008, um tema atual e de interesse da sociedade como um todo, e aplicar esse estudo à realidade da economia do Rio Grande do Sul, através de um setor específico e que se encontra direcionado ao mercado externo, logo, mais propenso a ser afetado pela crise.

O setor escolhido para pesquisa é o coureiro-calçadista gaúcho, localizado no Vale dos Sinos, devido a sua importância histórica e cultural na região. Esse setor foi de suma importância para o desenvolvimento e crescimento econômico da região. Esse setor é de destaque e importância na economia do Rio Grande do Sul, pois este Estado é líder nas exportações de calçados.

O mundo globalizado faz com que as economias estejam cada vez mais interligadas e um problema que ocorra em um determinado país, como é o caso dos EUA na crise atual, tende a afetar a economia do mundo inteiro. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho está em descobrir como a atual crise da economia internacional, que eclodiu em fins de 2008, afetou ou vem afetando o setor coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul.

O objetivo geral deste trabalho é estudar o setor coureiro-calçadista gaúcho com a intenção de avaliar como esse setor foi atingido pela crise econômica de 2008 e como ele vem respondendo a ela.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir no aprofundamento e aprimoramento de estudos sobre o tema, com isso ajudando os interessados no assunto a melhor entendê-lo.

A fim de alcançar os objetivos propostos pelo trabalho, esta monografia apresenta-se estruturada em cinco capítulos, além desta introdução; No capítulo 2 abordaremos o histórico do setor desde o seu surgimento e como ele se desenvolveu ao longo dos anos e chegou ao seu ápice nas décadas de 1980 e início da década de 1990. No capítulo 3 será descrito as mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira e como elas atingiram a indústria, principalmente o setor coureiro-calçadista. O capítulo 4 trata da estrutura do setor e a sua evolução recente partindo da década de 1990 até o ano anterior à crise de 2008. No capítulo 5, é

analisadoo setor coureiro-calçadista gaúcho na crise internacional de 2008 e no período pós-crise. Por fim, no capítulo 6, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 HISTÓRICO DO SETOR COUREIRO-CALÇADISTA NO RIO GRANDE DO SUL

Uma análise do surgimento do setor coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul até os dias atuais.

Esse capítulo visa entender o desenvolver do setor ao longo do tempo para uma compreensão da sua importância dentro da economia do estado do Rio Grande do Sul.

2.1 A origem da indústria de calçados

Os imigrantes alemães que se estabeleceram no Rio Grande do Sul trouxeram consigo conhecimentos e técnicas de produção artesanal.

Cada família de colono aqui no Rio Grande do Sul estabelecida exercia concomitantemente o artesanato e a atividade agrícola. “Isso significa que desde a chegada dos imigrantes, a agricultura e o artesanato faziam parte de um mesmo modo de produzir, de um mesmo modo de viver” (SCHNEIDER, 1999, p. 32).

“No início, o artesanato servia para satisfazer as necessidades essenciais como alimentar, alojar e vestir.” (SCHNEIDER, 1999, p.33).

Entretanto, não demorou muito para as atividades artesanais criarem um comércio local, sobretudo nos povoados aglomerados mais avançados e melhor servidos de comunicações.

O pioneirismo no curtimento do couro no Rio Grande do Sul é atribuído ao Barão de Santo Amaro por ter instalado, em torno de 1820, uma fábrica de curtume em sua fazenda localizada no atual município de Viamão.

A região do Vale do Rio dos Sinos passou a sediar a grande maioria dos empreendimentos coureiro-calçadista.

A divisão das profissões na época era a seguinte: setor primário, que incluía a agricultura e a pecuária; setor secundário, que incluía o artesanato; setor terciário, onde se encontravam o comércio e o taberneiro.

As profissões do setor secundário eram exercidas concomitantemente com as do setor primário. Dentre as profissões do setor secundário da época destacamos a de sapateiro, entre outras como curtidor, marceneiro, carpinteiro, alfaiate, ferreiro.

Observa-se a preponderância do artesanato do couro, seja ele usado nos curtumes ou em sapatarias e selarias, indica uma relativa interdependência entre a colônia e a campanha, uma vez que a campanha dedicava-se a criação animal.

O artesanato e as profissões consideradas do setor secundário da época indicam nitidamente características de uma sociedade pré-industrial. “A discussão acerca do papel do artesanato colonial no processo de industrialização é, todavia, um tema controverso” (SCHNEIDER, 1999, p.37).

“Pode-se definir o artesão como um homem que exerce um ofício manual por sua conta seja em uma obra, seja em uma oficina, e que é ajudado somente por um ou dois companheiros” (SCHNEIDER, 1999, p.33).

O surgimento do artesanato na Colônia Velha alemã foi relativamente precoce, já que chegou junto com os primeiros imigrantes e a profissão passava de pai para filho.

“A estrutura produtiva dos ofícios de sapateiros era artesanal e familiar. O processo de produção era dominado por inteiro pelo artesão, que tinha o conhecimento e a técnica de produção” (SCHNEIDER, 1999, p.38).

Nessa estrutura de produção não existia a divisão do trabalho, não existia máquinas e a energia elétrica só chegou a partir de 1920.

As fases do artesanato rural são as seguintes conforme Schneider (1999, p.36):

1ª fase: inicia-se por volta de 1830 e se estende até 1845, é marcada pelo surgimento do artesanato na sociedade colonial.

2ª fase: inicia-se em 1845 até 1874, constitui-se nos 30 anos gloriosos para o artesanato, surgem casas de comércio (vendas) e uma diversidade de ofícios artesanais que indicava não apenas o progresso econômico, mas também a complexidade das relações sociais.

3ª fase: abrange o período de 1874 até 1890 é, indiscutivelmente, o período de maior efervescência da vida socioeconômica da Colônia Velha.

2.2 Do artesanato rural às fábricas

A industrialização do setor coureiro-calçadista abrange dois períodos.

O primeiro, que corresponde as feições locais e regionais, abrange o período da República Velha (1890 – 1930), já o segundo, no qual ocorre a unificação dos mercados regionais e a intervenção massiva do Estado na economia, vai da instauração do Estado Novo até o final da década de 60 (1930-1970). (SCHNEIDER, 1999, p.36)

Desde o início, a farta disponibilidade de matéria prima permitiu que o artesanato do couro (sapatos) tivesse um crescimento maior que os demais ramos.

Esse desenvolvimento pode ser atribuído a relação entre os pecuaristas e charqueadores da Campanha com colonos-artesãos da Encosta da Serra que trocavam o couro cru que era excedente, por encomendas com os colonos de botas, cintos, barrigueiras, relhos, selas e outros artigos de couro. (SCHNEIDER, 1999, p.37).

Essas primeiras relações estabelecidas eram de troca direta, as quais eliminavam os intermediários e dispensavam o uso da moeda como unidade de valor. Não podemos classificar a atividade coureiro-calçadista exercida antes de 1890 como uma indústria. Os estabelecimentos existentes antes de 1890 não eram fábricas ou manufaturas, mas pequenas oficinas, possíveis de serem encontradas em quase todas as povoações da colônia de São Leopoldo.

A estrutura produtiva dos ofícios de sapateiros era artesanal e familiar. Há razões para crer que no setor coureiro-calçadista, o artesanato teve suma importância no processo de industrialização mais tarde.

Nessa época o processo de produção era dominado por inteiro pelo artesão, o qual possuía o conhecimento e a técnica de produção. Quem quisesse se tornar um mestre ou proprietário de um ofício era necessário ingressar muito jovem na profissão e dispor-se a trabalhar gratuitamente na condição de aprendiz durante anos até que o mestre considerasse que seu aprendiz estivesse apto para tornar-se mestre.

Essa profissão passa de pai para filho, ou de tio para sobrinho, logo para ingressar no ofício de sapateiro é preciso um padrinho que lhe ensine o ofício.

“Para desenvolver-se, porém, a indústria coureiro-calçadista cedo reconheceu a importância dos mercados localizados fora do Estado. Para alcançá-los, postava-se um obstáculo: a tributação.” (LAGEMANN, 1986, p.73)

“De 1892 para 1893, as alíquotas do imposto de exportação de todas as mercadorias foram elevadas, à exceção dos produtos agrícolas, cujo percentual foi mantido.”. (LAGEMANN, 1986, p.73).

“A produção de calçados tornou a crescer a partir de 1908, período em que o produto foi isento de alíquotas estaduais”. (LOPES ; FILHO, p.12).

O impulso fundamental ao setor calçadista do Vale dos Sinos veio com a energia elétrica utilizada como força motriz na indústria de calçados e que passou a vigorar ao longo da década de 1920.

A oferta de energia elétrica a preços acessíveis determinada pela instalação de uma usina hidrelétrica na Picada 48, em 1912, trouxe uma das condições para que fosse acelerado o emprego de máquinas modernas na fabricação de calçados e demais artefatos de couro no Vale do Sinos (LAGEMANN, 1986, p.73).

Na década de 1920 o setor se firma no mercado nacional e passa a vender para Rio de Janeiro e São Paulo.

Nem a desfavorável localização geográfica da indústria coureiro-calçadista sul-rio-grandense frente ao mercado nacional e nem mesmo a cobrança da taxa de expediente, em substituição ao imposto de exportação, impediu que as suas vendas para fora do Estado crescessem a partir da década de 20. (LAGEMANN, 1986, p.75)

O processo de industrialização do setor coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul é discutido a partir da idéia central de que sua consolidação deveu-se a uma articulação bem sucedida com a agricultura familiar da região da colônia Velha alemã.

O processo de industrialização e de urbanização experimentado pelo Brasil na década de 50 provocou um deslocamento positivo na demanda de calçados, propiciando que a indústria gaúcha, especializando-se na fabricação de calçados femininos, dobrasse seu nível de produção física no período. (LAGEMANN, 1986, p.76)

O processo de industrialização passa por três fases que são as seguintes conforme Schneider (1999):

A primeira fase vai de 1930 até 1970 e constitui a fase de consolidação da indústria e da passagem definitiva do estágio artesanal para o fabril. A segunda fase abrange o período de 1970 até o final da década de 80, caracteriza-se por um extraordinário crescimento da produtividade. São introduzidas tecnologias e sistemas produtivos modernos e cresce a absorção de força de trabalho nessa fase. E a terceira e última fase vai do final dos anos 80 até os dias atuais. Essa fase caracteriza-se primeiro por mudanças tecnológicas e produtivas que resultam na terceirização de fases da produção do calçado e em um segundo momento há profundas alterações devido à defasagem nas taxas de câmbio decorrentes do Plano Real de 1994.

2.3 A industrialização

O processo de industrialização não se resume à introdução de tecnologias, de máquinas ou de equipamentos em um processo produtivo. Também não caracteriza a industrialização apenas o aumento do volume de produção. O que distingue de fato a produção industrial da artesanal é a separação entre os que comandam o processo produtivo e se apropriam de seus resultados (os proprietários dos meios de produção) e os que produzem, isto é, os trabalhadores. Diferença essencial entre a produção artesanal da produção fabril é que na segunda ocorre uma divisão técnica de tarefas que faz com que o produto final seja o resultado global do processo de produção.

O processo de industrialização no Rio Grande do Sul é explicado por três correntes distintas:

A primeira corrente diz que a industrialização deu-se por substituição das importações, da qual Singer¹ (1977, apud SCHNEIDER, 1999, p.50) é um dos expoentes. Esse fato ocorreu devido ao encarecimento e à escassez dos produtos importados o que fez com que surgissem atividades fabris urbanas as quais buscavam substituir as mercadorias importadas.

A segunda corrente na qual se destacam os trabalhos de Pesavento² (1983, 1988, 1991 apud SCHNEIDER, 1999, p.50) diz que a industrialização no Rio Grande do Sul deve-se a acumulação de capital realizado pelos agentes mercantis que atuavam como intermediários entre a economia agropecuária colonial e os mercados consumidores da capital e de cidades importantes da época como Rio Grande e Pelotas.

E por fim uma última corrente, cujo principal expoente é Limeira Tejo³ (1946, 1982 apud SCHNEIDER, 1999, p.50) que sustenta que a industrialização gaúcha percorreu um caminho linear, uma evolução orgânica do artesanato até as grandes fábricas.

Entretanto, nenhuma dessas correntes apresenta explicações satisfatórias sobre as origens do processo de industrialização do setor coureiro-calçadista.

A origem da indústria de calçados e das atividades diretamente a ela ligadas, como a do curtimento do couro, pode ser explicadas através da noção de industrialização difusa.

A industrialização Difusa é aquela que ocorre nos espaços onde há uma história camponesa recente e uma estrutura fundiária caracterizada por pequenas propriedades agrícolas de administração familiar. Nesse caso não há separação entre o campo e a cidade como espaços de vida e de produção, mas um contínuo, no qual transcorrem relações de trabalho e de sociabilidade ao mesmo tempo.

Na industrialização Difusa existe uma inter-relação entre o setor produtivo e a comunidade local.

¹ SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

² PESAVENTO, Agropecuária colonial e industrialização. S.J. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (1889 - 1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

Os industriais da república. Porto Alegre: Instituto Estadual do livro/ Mercado Aberto, 1991.

³ TEJO, Limeira Contribuição a crítica da economia rio-grandense.

2.4 A consolidação do Setor calçadista gaúcho

Essa fase de consolidação abrange o período que vai de 1930 até 1970. A partir de 1930 ocorre a unificação dos mercados regionais e o Estado passa a intervir massivamente no desenvolvimento da economia nacional. Logo o estado do Rio Grande do Sul passou a ter uma participação mais efetiva no planejamento e na construção da economia gaúcha.

Durante esse período até por volta de 1950 mais ou menos, entretanto o setor coureiro-calçadista não viria sofrer grandes alterações em seu formato fabril.

A partir do final de 1950, São Leopoldo, a principal cidade da região já deixava de ser um pequeno povoado de economia essencialmente agrícola ocorrendo nessa época uma diversificação das atividades produtivas e uma ampliação da divisão social do trabalho. A partir de então, a produção deixa de ser artesanal e familiar e passa a ser fabril com especialização e com conseqüente aumento da produção.

A década de cinquenta também é um período que merece ser destacado para a indústria, pois, neste momento, devido ao maior processo de industrialização e urbanização ocorrido e a especialização na fabricação de sapatos femininos, o setor calçadista gaúcho reuniu condições para duplicar sua produção física. (LOPES; FILHO, 2005, p.12)

No início da década de 60, o setor calçadista gaúcho era responsável por mais de 30% da produção nacional.

Até o final da década de 1960 a característica básica do setor coureiro-calçadista era a pulverização com o crescimento horizontal das fábricas de pequeno porte, a partir de 1970 essa tendência se inverteria profundamente. Com a inserção do setor calçadista no mercado externo transformações ao nível dos processos de produção, isto é, mudanças na tecnologia foram efetuadas para conseguirem exportar.

O crescimento e o auge do setor coureiro-calçadista dá-se de 1970 até 1990.

No final dos anos sessenta, porém, em decorrência da reorganização da política econômica a nível nacional, o setor logra ampliar ainda mais seu potencial de mercado, acompanhando o processo de internacionalização da economia brasileira. (LAGEMANN, 1986, p.77)

“O mercado externo tornou-se uma alternativa efetiva para a indústria calçadista a partir de 1969, quando 1% da sua produção física, 206 mil dos 23.835 mil pares produzidos, teve esse destino” (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVO HAMBURGO).

Os fatores que favoreceram esse contexto são: o aumento da produtividade das indústrias de calçados combinados com a retração da demanda no mercado interno abriu espaço para a inserção desse setor no mercado externo (SCHNEIDER, 1999, p.62).

As exportações tiveram um papel fundamental não só como um mercado consumidor para toda a indústria nacional de bens manufaturados, mas também como forma de amenizar os problemas estruturais da economia brasileira como endividamento externo, déficit da balança comercial.

A internacionalização da economia brasileira foi favorecida pelo governo federal através de incentivos creditícios e fiscais, já que as condições de competição eram muito desfavoráveis.

No caso do curtume o governo federal proibiu que se exportassem os couros crus no início dos anos 70 o que levou a uma fase de grandes investimentos, especialmente no setor de máquinas e equipamentos.

As indústrias de calçados do Vale dos Sinos e da Encosta da Serra no Rio Grande do Sul alteraram os padrões produtivos vigentes até então.

Há um expressivo crescimento da indústria coureiro-calçadista gaúcha de 1970 em diante. “O setor coureiro-calçadista, que no início da década de 70 já se responsabilizava por 10% do valor das exportações do Rio Grande do Sul, amplia sua participação para 29% em 1984” (LAGEMANN, 1986, p.78).

A demanda externa por calçados femininos padronizados em termos de modelagem e cores favoreceu a rápida mecanização das indústrias. A mecanização dos processos produtivos inaugurou um novo padrão de produção no setor calçadista que é o taylorismo/fordismo.

A partir da década de 1970 elevou-se a taxa de emprego e crescia a demanda por força de trabalho.

A partir de 1980 uma série de fatores fizeram com que surgissem novas transformações nos processos produtivos das indústrias calçadistas, bem como comportamento inovadores do ponto de vista de estratégias de controle e gestão da produção e, até mesmo, de expansão das empresas. (SCHNEIDER, 1999, p.71).

As razões que levaram a essas mudanças compõem-se de fatores externos e internos. Dentre os fatores externos está a experiência de uma década atuando no mercado externo o que levou a inovação e aprimoramento, podendo com isso melhorar a qualidade do produto e em conseqüência elevar o preço do calçado.

De um modo geral as mudanças internas abrangem o processo de produção, a forma de gestão da força de trabalho e as estratégias de reprodução ampliada do capital.

“Entretanto as transformações mais significativas desse conjunto de mudanças verificam-se nas formas de regulação da força de trabalho e nas estratégias de reprodução do capital” (SCHNEIDER, 1999, p.73). A década de 1970 e a de 1980 são marcadas por uma grande evolução do setor coureiro-calçadista.

O cenário histórico favoreceu o crescimento do setor devido ao auge do financiamento público as exportações, aos subsídios e as isenções e mais o ápice das migrações. Tudo isso colaborou para que neste período verifica-se crescimento extraordinário na indústria calçadista gaúcha. Esse crescimento propiciou a acumulação de capital consolidando o processo de industrialização do setor coureiro-calçadista.

Nos anos 1980 estas transformações se aprofundaram e ocorre um boom no mercado de trabalho.

A partir do final da década de 1980, o padrão de acumulação capitalista brasileiro passou a sofrer as conseqüências da crise internacional do fordismo.

Em suma a acumulação de capital buscava nos anos 1970 a normatização e padronização que visavam a uma maior rigidez dos processos produtivos e a tendência dos anos 1980 indicava que o caminho era uma diversificação e flexibilização da base produtiva.

3 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DA DÉCADA DE 1990

As transformações ocorridas na economia brasileira na década de 1990 fizeram com que as indústrias brasileiras tivessem que se adaptar ao novo contexto.

O setor coureiro-calçadista sentiu muito essas transformações estruturais, logo a importância do seu estudo para esse trabalho.

3.1 Introdução

A década de 1990 foi de intensas mudanças para a economia brasileira. A hegemonia do Estado como produtor de bens e serviços é quebrada e o Brasil deixa de ser uma economia relativamente fechada e passa a ter um expressivo grau de abertura.

Entre as reformas, a liberalização comercial e as privatizações já começam na década de 1980, mas ganham força na década de 1990 devido à conjuntura econômica mundial e interna favorável.

Na década de 1990 o Brasil passou por inúmeras reformas, logo trata-se de uma época de transição. O Brasil desde os anos 1950 destacou-se entre os países em desenvolvimento com maior participação de capital externo na sua estrutura de produção. Esse ciclo só foi quebrado durante a crise dos anos 1980 e a partir deste momento percebe-se que a economia brasileira estava perdendo oportunidades criadas pela globalização financeira. O governo passa a adotar políticas que dessem condições favoráveis à inserção econômica do Brasil na economia mundial.

Foram recomendadas reformas políticas orientadas ao mercado, com base em quatro argumentos principais a) a liberalização econômica reduz as ineficiências estáticas geradas pela má distribuição e pelo desperdício de recursos; b) a liberalização econômica expande o processo de aprendizagem; c) as economias voltadas para o exterior conseguem enfrentar melhor os choques externos adversos; d) os sistemas econômicos baseados no mercado mostram-se menos inclinados a atividades com fins rentistas, geradoras de desperdícios. (BAUMANN, 2000, p.13)

O Consenso de Washington veio dar embasamento às reformas necessárias ao empreendimento pretendido e o mesmo compreendia: disciplina fiscal, redirecionamento das prioridades dos gastos públicos para a área da saúde, educação e infra-estrutura, estabelecimento de taxas de câmbio competitivas, garantia dos direitos a propriedade, desregulamentação, liberalização comercial, privatização, eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro e liberalização financeira.

As reformas propostas sob o Consenso de Washington incluíam: criar condições que favorecessem o livre comércio, a reforma fiscal, a assistência financeira às economias em transição, reformas políticas e institucionais, com o objetivo dessas modificações poderem aprimorar a alocação de recursos, para incrementar a eficiência econômica, expandir o crescimento e dar resistência em resposta a choques externos.

Para o sucesso dessas reformas a credibilidade é um aspecto essencial, já que a falta de confiança na durabilidade de uma reforma gera distorções que podem levá-las a não ocorrerem.

A inflação alta era algo que ia de contra as reforma pretendidas, já que em países com alta inflação o déficit fiscal e as intervenções no mercado financeiro com freqüência resultam em taxas de juros interna artificialmente baixa.

O fato mais significativo e que permitiu, no caso do Brasil, as reformas econômicas dos anos 1990 foi a estabilização de preços que gerou: a) efeito riqueza que afetou consumidores e produtores; b) cenário macroeconômico estável criou um ambiente político favorável as reformas; c) induziu confiança por parte dos investidores estrangeiros e brasileiros também.

A estabilização de preços foi alcançada desde Julho de 1994, com o plano real que adotou uma nova moeda e passou a inflação próxima de 50% ao mês para taxas anuais de respectivamente 14,8%, 9,3% e 7,5%, nos três anos seguintes.

As reformas econômicas dos anos 1990 foram iniciadas com a reforma da política comercial (abertura comercial), depois vieram às privatizações e a abertura da conta de capitais do Balanço de Pagamentos. Essas reformas foram implementadas no período de 1990-1998 e são chamadas de primeira geração. Já a reforma da seguridade social, reforma administrativa do setor público, reforma de política fiscal e uma série de mudanças em vários programas sociais que

compreendem educação, saúde e redução da pobreza, são as de segunda geração, que continuam em fase de discussão ou em processo de implementação.

As reformas no âmbito do sistema financeiro ocorridas entre 1995 e 1998 merecem destaque, embora permaneça o desafio de prover melhoras adicionais nas áreas de supervisão bancária. A partir do Plano Real realizou-se uma ampla e bem sucedida reforma do sistema bancário, visando amenizar os custos de uma transição para uma inflação mais baixa, potencializados por uma supervisão demasiado passiva do Banco Central no período de inflação elevada.

3.2 A Abertura Econômica

A abertura comercial brasileira teve como data de início efetivo os anos de 1990 e 1991, embora tenha tido redução das alíquotas já no final da década de 80.

A liberalização comercial que teve início em 1987, levou a mudanças na estrutura de tarifas e uma redução progressiva das alíquotas tarifárias, que foi acelerada na década de 90.

“As alíquotas tarifárias simples (não ponderadas) foram as seguintes: 1988 – 1990: 33,4%; 1991 – 1993: 17,8%; 1994 – 1996: 12,9%; 1997 – 1998: 13,9%.” (BAUMANN, 2000, p.20).

A abertura comercial teve seu primeiro estímulo no biênio 1988-1989 quando a tarifa média foi reduzida de 51% para 37% e a tarifa máxima passou de 105% para 85%. Apenas em 1990, entretanto, foram eliminadas as barreiras não tarifárias às importações (BAUMANN, 2000, p.61).

O objetivo principal da abertura econômica do início dos anos 1990 era aumentar a eficácia da economia através da concorrência estrangeira e aumentar o investimento estrangeiro direto. Partiu-se da hipótese de que a abertura leva a maior competitividade o que aumenta a qualidade dos produtos e reduz preço e isso é um ponto positivo para o consumidor e para economia brasileira.

A abertura comercial apresentou alguns sobressaltos após o início do Plano Real, mas nada muito drástico como ocorria antes de 1990, quando as restrições às

importações eram quantitativas. O primeiro retrocesso ocorreu no final de 1994, quando a crise do balanço de pagamentos levou o mercado internacional de capitais a instituírem restrições às importações através de aumentos de tarifas de um grupo selecionado de produtos. O segundo retrocesso ocorreu no terceiro trimestre de 1997 quando a crise asiática reduziu novamente a liquidez internacional.

3.3 O Plano Real

O Plano Real foi um plano de estabilização econômica para combater a inflação galopante brasileira. Ele foi conduzido sob o governo de Itamar Franco, que substituiu Fernando Collor de Mello após o impeachment, e foi desenvolvido pela equipe econômica do Ministério da Fazenda, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, posteriormente eleito presidente da república em 1994. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994.

O Plano Real previa uma política monetária ancorada numa política cambial de controle muito restrito. O pilar básico do plano foi à valorização artificial da taxa de câmbio, via utilização de elevadas taxas reais de juros, que vinham sendo praticadas desde 1993. O câmbio valorizado e a abertura comercial foram os responsáveis pelo controle da inflação após a implantação do plano, na medida em que colocaram os produtos nacionais em concorrência direta com os produtos importados.

Com a implementação do Real a inflação foi dominada sem que para isso houvesse congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou outros artificialismos da heterodoxia econômica. Em consequência do fim da inflação, a economia brasileira voltou a crescer rapidamente, obrigando o Ministério da Fazenda a optar por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito.

A partir daí o governo manteve o controle da inflação tendo como principal instrumento de política econômica a "âncora cambial", que funcionava através do sistema de bandas cambiais, aliada a uma política de abertura econômica. A

manutenção de tal política levou a um crescente desequilíbrio fiscal, a ponto de se obter um déficit primário em 1998.

Além disso, promoveu-se uma forte abertura comercial, baseada na queda das barreiras tarifárias e não tarifárias do país. O que se critica é a velocidade e a magnitude do processo de abertura, além da aceitação passiva do governo das medidas protecionistas de países desenvolvidos contra os produtos brasileiros. Combinada com a valorização cambial, tal abertura comercial permitiu a entrada maciça de produtos importados que, por sua vez, acabaram por conquistar fatia importante do mercado interno. Muitas indústrias sofreram sérias dificuldades, o que ocasionou inúmeras falências e milhares de demissões. Os casos da indústria têxtil e de brinquedos são exemplos do impacto negativo da política cambial e comercial.

3.4 Outras reformas econômicas do período

Um breve parecer sobre outras reformas que se sucederam na década de 1990. Neste capítulo será abordado sucintamente às Privatizações, a Reforma Financeira, a Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa, a Reforma Tributária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. As reformas mais relevantes já foram mencionadas acima.

Privatizações

As privatizações foram iniciadas na década de 80, mas é na década de 90 que o processo tornou-se significativo. A venda de grandes estatais terá um forte impacto sobre o setor produtivo.

A passagem do Estado empresário ao Estado regulador ocorreu sem grandes sobressaltos, pois foram criadas as agências reguladoras ANEEL, ANATEL e ANP, respectivamente nas áreas de energia elétrica, telecomunicações e petróleo.

As privatizações podem ser divididas em quatro fases (BAUMANN, 2000, p.57,58 e 59) com a primeira delas sendo iniciada em 1981, onde foram negociadas

as empresas em situação falimentar; as empresas privatizadas até 1989 eram muito pequenas. Na segunda fase, a qual é iniciada em 1990, o programa de privatizações foi direcionado às empresas estatais produtoras de bens, com ênfase nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. Na terceira fase, a partir de 1993 tem como principal característica as mudanças de cunho institucional nas regras para as privatizações. Entre as mudanças temos a ampliação dos créditos contra o Tesouro, a eliminação de restrições aos investidores estrangeiros, permitindo que o capital seja 100% estrangeiro. E a quarta e última fase de privatizações teve início em 1995, com essa fase distinguindo-se das demais por tratar também da concessão de serviços públicos. O problema dessa quarta fase talvez esteja na qualidade dos serviços prestados pelas empresas recém privatizadas, indicando que o governo subestimou a necessidade de preparativos para garantir uma transição eficiente nesta última fase.

Reforma Financeira

A estabilização de preços fez com que as transferências inflacionárias para os bancos comerciais reduzissem subitamente. Esse fato somado à necessidade dos bancos de aumentarem a suas carteiras de crédito, sem estarem devidamente aparelhados, obrigou o Banco Central a agir rapidamente para impedir uma crise geral no sistema financeiro.

Para isso foi criado o PROER que trata da criação de um fundo de garantia de crédito, de maior aporte de capital externo no setor de intermediação financeira, de incentivo a processos de fusões e aquisições e do maior poder de regulação e supervisão legalmente provisionado ao Banco Central.

As instituições financeiras passam a buscar uma compensação na queda das receitas inflacionárias na expansão das operações de crédito ao setor privado e na majoração das tarifas cobradas por serviços bancários.

Reforma da Previdência

No campo da Previdência Social algumas medidas de reforma foram implementadas, tais como a adoção de limites mínimos de idade e anos de contribuição para se aposentar que ficou em homens 60 anos de idade e tempo de contribuição de 35 anos e mulheres 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, extinguindo a aposentadoria proporcional por tempo de serviço e as aposentadorias especiais. Mas há ainda muitas correções a serem feitas. Por exemplo: existem elevados benefícios concedidos aos inativos e pensionistas da União em contraposição aos assalariados do setor privado aposentados pelo INSS.

Reforma Administrativa

As medidas mais importantes tomadas do ponto de vista fiscal são: a revisão das regras da estabilidade do servidor, como a exigência de 3 anos para a aquisição de estabilidade, a avaliação de desempenho para a aquisição da estabilidade, a avaliação de desempenho periódico do servidor, que poderá perder o cargo por motivo de insuficiência de desempenho, disponibilidade com remuneração proporcional (BAUMANN, 2000, p.73)

Destacam-se também algumas medidas destinadas ao controle de gastos e equilíbrio das contas públicas: Se a União, Estados e Municípios descumprirem os limites impostos para despesas com pessoal serão punidas com a suspensão do repasse de verbas; terão que reduzir em pelo menos 20% as despesas com cargos em comissão e funções de confiança. Além disso, foi aprovada a demissão de servidores não estáveis, a permissão para demissão de servidores estáveis e proibição de recriação de cargos extintos.

Reforma Tributária

Dentre as medidas tomadas no campo da reforma tributária temos: a isenção da cobrança do ICMS para exportações de produtos primários e semi-elaborados; a unificação das alíquotas de todos os impostos e contribuições incidentes sobre pequenas e microempresas, através de acordos entre a União, Estados e Municípios com esse sistema as alíquotas situaram-se entre 5% e 10%; e medidas visando impedir a sonegação de impostos de renda da pessoa jurídica através de mecanismos contábeis.

A Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar número 101, de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como premissas básicas.

A responsabilidade através do planejamento e da transparência é um ponto ao qual é dado ênfase na Lei de Responsabilidade Fiscal. As contas públicas passam a ser realizadas mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.

Essa lei prima pelo equilíbrio das contas públicas e ela alcança União, Distrito Federal, os Estados e os Municípios, além disso, abrange os poderes Executivo, Legislativo e o Judiciário.

O controle é outra variável que é dada ênfase na Lei de Responsabilidade Fiscal, já que com a mesma passa a existir uma maior fiscalização das contas públicas, pois é muito mais planejada através de controles eficientes sobre as despesas e receitas públicas.

Em síntese, a LRF impôs normas de planejamento e controle das contas públicas, tornando-as transparentes, dando limites para gastos com pessoal, as

despesas são restritas e é dificultada a sua ampliação, regras severas são impostas em relação ao endividamento. Ela inviabiliza o uso da máquina pública pelos governantes em fim de mandato, visa pela transparência fiscal e a eficácia na fiscalização pelo poder Legislativo e Tribunal de Contas.

4 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO SETOR COUREIRO-CALÇADISTA GAÚCHO DOS ANOS 1990 AO PRÉ- CRISE DE 2008

Este capítulo do trabalho aborda o setor coureiro-calçadista a partir da reestruturação ocorrida na década de 1990 e trata de especificar como esse setor foi atingido e como ele evoluiu até o pré-crise de 2008.

4.1 A evolução do setor ao longo dos anos 1990

A década de 1990 é marcada por transformações no cenário nacional, entre elas a estabilidade monetária ocorrida através do Plano Real e a abertura comercial.

A indústria coureiro-calçadista gaúcha está voltada para o mercado externo e era favorecida pela taxa de câmbio depreciada. Com a valorização da moeda brasileira através da implantação do real esse setor perde competitividade.

A abertura comercial faz com que os produtos importados entrem com mais facilidade no mercado doméstico e, para completar, o real valorizado favorece as importações o que é ruim para o setor no mercado interno.

O real valorizado também impulsionou o aumento das importações, tanto de calçados como de suas partes e/ou componentes, e o setor calçadista nacional ressentiu-se da entrada de volumes crescentes de calçados baratos provenientes da Ásia, principalmente da China. (CAMPOS; CALANDRO, 2009, p.533).

O calçado gaúcho estava perdendo competitividade na Europa, conforme Haffner e Gonçalves:

A forte desvalorização ocorrida nas moedas italiana e espanhola fez com que seus produtos, entre eles o calçado, voltassem a ser competitivos dentro do Mercado Comum Europeu tirando do Brasil boa parte da fatia de participação do país naquele continente. (HAFFNER; GONÇALVES, 2008, p.5)

A situação do setor coureiro-calçadista começou a piorar a partir da década de 1990, pois se observa uma queda nos valores nominais das vendas externas de calçados de couro natural, justamente o produto em que a China passou a se destacar. Logo nesse momento de globalização aparece a fragilidade do setor.

A China passa a ser líder isolada na produção e na exportação mundial de calçados. Inicialmente fabricando e comercializando calçados de menor qualidade e preço, porém avançaram na fabricação e comercialização de calçados esportivos e em calçados da faixa de preços maiores e com qualidade mais elevada. Com seus custos de produção baixos, a China passa a liderar o mercado e o Brasil passa a perder mercado para ela.

Além disso, o mercado norte-americano, grande comprador dos calçados brasileiros, estava passando a ser dominado pelos chineses que tinham uma mão de obra barata com a qual o setor coureiro-calçadista gaúcho não podia concorrer.

O problema da indústria calçadista gaúcha na década de 90 vai além do acirramento da concorrência chinesa. Passa antes pelos efeitos sobre o setor do câmbio valorizado do Plano Real. O Real valorizado fez com que os fabricantes brasileiros de calçados, sobretudo os produtores gaúchos, passassem a perder competitividade no segmento de produtos de preços mais baixos ao qual ele estava inserido. Segundo Haffner; Gonçalves (2008, p.5), “o Plano Real trouxe o engessamento cambial, que passou a impedir a formulação de preços internacionais competitivos, comprometendo os setores que atuavam no comércio exterior da indústria calçadista do Vale do Rio dos Sinos”.

Logo, de 1990 em diante, o setor passou por períodos de contração e expansão da produção e da exportação, devido o acirramento da concorrência do mercado externo e a política interna de valorização da moeda doméstica.

A desvalorização cambial de 1999 permitiu a retomada da produção e das exportações de calçados que sofreram quedas acentuadas, em quantidade e em valores, em razão da sobrevalorização do real que se seguiu ao plano de estabilização monetária. (CAMPOS; CALANDRO, 2009, p.528).

A desvalorização cambial de 1999 deu um pequeno fôlego ao setor que volta a ser atingido logo em seguida pela crise da Argentina e pela recessão norte-americana.

Diante do cenário de acirramento da concorrência, o setor coureiro-calçadista gaúcho vem passando por uma reestruturação para atender ao novo cenário internacional que requer mais competitividade frente ao crescimento do mercado asiático.

Os calçadistas gaúchos que atuam no segmento de calçados populares, por exemplo, para responder particularmente à concorrência chinesa e continuar no mercado, o setor de calçados, que é intensivo em mão de obra, precisa focar na diminuição de custos. Mas os produtores vêm buscando também agregar valor ao seu produto, investir em moda, observando as tendências, e na criação de uma marca.

Uma outra estratégia competitiva que vem sendo tentada pelo setor é a busca novos canais de comercialização e para isso passa a participar de feiras para divulgar a sua marca. Diante da perda de uma grande fatia do mercado norte-americano para os chineses, os calçados gaúchos passam a ser vendidos para a Europa e América Latina.

A fim de não perder receita a indústria de calçados ao agregar valor faz o preço do calçado subir, mas em contrapartida o número de unidades vendidas diminui, o aumento do preço vem compensando parcialmente a queda sistemática no número de pares.

Também aqui, a adaptação do setor se deu buscando menores custos de produção. Logo, passaram a ser produzidos calçados no nordeste brasileiro, onde a mão de obra e matéria-prima são mais baratos e onde há incentivos fiscais. Os estados que se destacaram foi Bahia e Ceará.

O calçado de plástico e ou borracha passou a se destacar no mercado internacional e vem crescendo ao longo dos últimos anos, isto é final da década de 1990 até hoje.

Na atualidade, predomina a exploração de novos materiais para o desenvolvimento de produtos que tenham apelo ecológico e de conforto. Nesse sentido, uma gama enorme de produtos naturais (sementes, fibras naturais, etc.) vem sendo incorporada ao produto final, construindo a imagem de um produto original, vinculado ao local. Busca-se inovação com novas matérias primas buscando um apelo ecológico e conforto. Produtos naturais vêm sendo incorporados construindo uma imagem de um produto original, vinculado ao local. (CAMPOS, 2009, não paginado)

O couro foi durante muito tempo a principal matéria prima utilizada na fabricação de calçados. Na década de 80 cerca de 70% da produção de couro era destinada à indústria calçadista. Na atualidade apenas 25% do couro são utilizados pelos calçadistas. O surgimento de materiais sintéticos na fabricação de calçados fez com que o couro passasse a ser substituído e esse fato deve-se ao desenvolvimento da indústria petroquímica.

Como resultado, “a produção física de calçados e artigos de couro em nível nacional, conforme informações do IBGE vêm apresentando uma trajetória declinante há vários anos.” (CAMPOS, 2009, não paginado)

O material sintético é mais barato então favorece na redução de custos. O crescimento do calçado esportivo e o destaque nos últimos anos do calçado de borracha e plástico brasileiro no mercado mundial colaboraram para que o couro fosse deixado de lado como matéria prima principal do calçado e passasse a se destacar na indústria automobilística e moveleira.

Enfim, a década de 1990 mudou o setor coureiro-calçadista gaúcho, que, desde então, vem passando por períodos de expansão e contração da produção e da exportação e em contrapartida vem enfrentando o crescimento das importações.

4.1.1 A crise de 1994 – uma desfavorável conjunção de fatores

No ano de 1993, o setor coureiro-calçadista apresentou números surpreendentes: 201 milhões de pares exportados, 40% de aumento em relação ao ano anterior (MICT, 1997). Houve grande euforia no setor. Os empresários, confiando na continuidade do crescimento das exportações, incharam a capacidade produtiva de suas empresas, sendo que alguns, sem possuir capital necessário ao incremento, se endividaram, apostando em nova explosão de vendas no ano seguinte (MOSMANN, 1995).

O entusiasmo com o desempenho de 1993 contrastou com uma infeliz combinação de fatores que ocorreriam posteriormente, fatores estes que fizeram muitas empresas sucumbirem.

As expectativas criadas a partir do sucesso de 1993, não se concretizaram, segundo Mosmann (1995), por que:

- a) Houve queda da cotação do dólar em relação a moeda brasileira. O Plano Real trouxe o engessamento cambial, que passou a impedir a formulação de preços internacionais competitivos, comprometendo os setores que atuavam no comércio exterior, incluindo-se aí a indústria coureiro-calçadista;
- b) Ocorreu desvalorização da lira italiana e peseta espanhola, a forte desvalorização ocorrida nas moedas italiana e espanhola fez com que seus produtos, entre eles o calçado, voltasse a ser competitivos dentro do Mercado Comum Europeu, tirando do Brasil boa parte da fatia de participação que o país possuía naquele continente;
- c) Aumentou de forma maciça a entrada do calçado chinês no mercado mundial, inclusive no mercado interno brasileiro Impulsionado por uma mão-de-obra barata, isenções fiscais e raros encargos sociais, a indústria calçadista chinesa passou a dominar o mercado internacional. A livre entrada dos produtos asiáticos no Brasil, com preços baixíssimos, prejudicou a atuação das empresas nacionais no mercado interno.

Soma-se a isto o fato de que as grandes vendas de 1993 ocorreram devido a uma situação especial, que dificilmente se repetiria: o não-cumprimento dos prazos de fornecimento dos chineses para com os Estados Unidos no primeiro semestre daquele ano, fazendo com que os norte-americanos se voltassem para o mercado brasileiro, provocando o inchaço constatado. Como muitas empresas haviam se endividado esperando novo aumento dos negócios, não suportaram as sucessivas quedas ocorridas, em 1994 e 1995.

Um segmento que incrivelmente já havia ultrapassado 200 milhões de pares exportados apresentava agora números abaixo de 140 milhões. Este cenário, segundo o informe setorial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (1998) propiciou 69 pedidos de falência, redução de 60.000 colaboradores nas indústrias calçadistas da região do Vale do Rio dos Sinos, entre 1994 e 1996 nas funções auxiliares e a migração de empresas do Vale do Rio dos Sinos para a região nordeste do país, que, a exemplo da Ásia, oferecia mão-de-obra barata e incentivos fiscais atraentes. (HAFFNER; GONÇALVES, 2008, p.5)

4.1.2 A estrutura produtiva do setor mostrou-se frágil na década de 1990

As transformações ocorridas na economia brasileira, como a abertura comercial e a estabilização monetária através do Plano Real levou o setor coureiro calçadista gaúcho a mostrar a sua fragilidade. Após o declínio de 1994, houve diversas análises e interpretações do ocorrido, procurando identificar suas causas e origens.

Apesar da respeitável estrutura do cluster coureiro-calçadista gaúcho, uma série de falhas veio à tona, desde problemas de harmonia das tarefas no complexo, passando por empregados e executivos sem adequada capacitação técnica e gerencial, além de uma perigosa dependência de um só mercado, o norte-americano. As principais deficiências podem ser assim classificadas:

Despreparo dos executivos. Já que os empresários do setor calçadista mostraram-se despreparados para competir em um mercado globalizado.

Não havia investimentos em capacitação gerencial porque já se tinha um comprador fixo, os Estados Unidos, de modo que eram responsáveis por 70% do total de exportações brasileiras de calçados (ACINH, 2000), na sua concepção, não era necessário captar novos mercados. (HAFFNER; GONÇALVES, 2008, p. 6)

Dependência dos agentes intermediários. Há uma máxima no meio calçadista que diz que o setor calçadista gaúcho não vende o seu calçado, os importadores é que vêm aqui e o compram (ACINH, 1995). Apesar de estar preparado estruturalmente para desenvolver toda a modelagem do calçado, não existe no setor calçadista gaúcho uma efetiva preocupação com lançamentos próprios. A maior parte das exportações brasileiras e gaúchas de calçados é efetuada a partir de encomenda, ou seja, o distribuidor norte-americano, representado pelo seu agente, encomenda a produção de modelos previamente fornecidos (BNDES, 1998). Os agentes muitas vezes exercem também papel gerencial, tomando o lugar dos executivos brasileiros e gaúchos nos momentos de negociação de prazos, preços e condições de pagamento com os importadores estrangeiros. Esse afastamento da mesa de negociações faz com que os

empresários brasileiros e gaúchos desconheçam o próprio mercado que atuam (MOSMANN, 1995).

Pouco investimento em marketing. A restrição para lançamentos próprios fez com que muitas empresas não desenvolvessem um departamento comercial, com estratégias de vendas e divulgação de seu produto, uma vez que havia a exigência de produção de calçados através de modelos já pré-concebidos pelo importador.

Baixa inserção em outros mercados. O entrave gerado a partir da já mencionada exigência de exclusividade amplia-se no que diz respeito à atuação em novos mercados. Mosmann (1998) afirma que os empresários gaúchos mostram-se relutantes em procurar inserir-se com maior ênfase em outros mercados temendo represálias norte-americanas. No mercado europeu, por exemplo, onde inclusive os calçados brasileiros alcançam melhores preços, existe um grande potencial de crescimento que pode ser explorado com uma adequada política de marketing e melhoria do design. Atualmente, o Brasil é responsável por somente 3,3% do total das importações de calçados realizadas pela Europa (ACINH, 2000)

Concentração somente em um produto. Por ser um produto que requer uma matéria-prima de manuseio mais fácil, um tipo de couro mais macio, e de grande poder de variação de design, garantindo diferentes lançamentos a cada ano, as exportações nacionais estão direcionadas para o calçado feminino. Este tipo de calçado tem grande alcance de mercado, mas coloca o Brasil em enfrentamento direto com a indústria chinesa, principal potência mundial da indústria calçadista, também especialista em sapatos para mulheres.

Baixa articulação do cluster. Não há uma integração dos elementos constituintes da cadeia industrial do setor, que inclusive, em alguns casos, competem entre si. Essa baixa articulação compromete a atuação do complexo como um todo, uma vez que aumenta os custos de produção, baixa a qualidade da matéria-prima e compromete a competitividade do setor. Essa desarmonia do cluster prejudica a oferta de uma maior variedade de calçados, impedindo, assim, possíveis lançamentos de novas linhas e modelos, reduzindo o valor agregado do produto (FENSTERSEIFER, 1995).

4.2 O setor coureiro-calçadista brasileiro nos anos 2000 até antes da crise de 2008

Na década de 2000 o setor calçadista continua tendo os EUA como sendo o principal país exportador de calçados brasileiros e a China se consolidou como o principal país de onde o Brasil faz suas importações de calçados.

Na tabela 1 são apresentados dados sobre os principais países compradores de calçados brasileiros, sendo que os Estados Unidos respondem pelo principal destino das exportações brasileiras deste produto, como pode ser observado a seguir:

Tabela 1: ABICALÇADOS: Exportações brasileiras de calçados (por destino -2007)

PAISES	US\$	PARES	PREÇO MÉDIO (US\$)
ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	717.492.198	49.094.950	14,61
REINO UNIDO	229.883.617	12.195.675	18,85
ARGENTINA	166.448.350	18.263.620	9,11
ITALIA	83.507.412	5.493.121	15,20
VENEZUELA	66.579.622	9.692.967	6,87
ESPANHA	57.500.069	5.346.770	10,75
CANADA	45.575.525	2.984.816	15,27
MEXICO	37.602.163	6.940.530	5,42
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	36.914.571	1.847.637	19,98
ALEMANHA	35.732.712	1.996.929	17,89
PORTUGAL	34.323.708	2.935.452	11,69
CHILE	31.227.022	2.200.110	14,19
PARAGUAI	27.530.455	11.461.244	2,40
FRANCA	26.945.239	2.583.822	10,43
BOLIVIA	24.114.612	4.758.050	5,07
COLOMBIA	17.370.090	3.317.454	5,24
AUSTRALIA	16.737.393	3.011.438	5,56

Elaborada por Gonçalves e Haffner

Analisando as Exportações Brasileiras de calçados, por destino, nota-se que o preço médio dos calçados brasileiros para os Estados Unidos da América não é o mais atrativo, porém, em volume é muito representativo. Cabe ressaltar, que apesar da proximidade demográfica com a Argentina o preço médio é muito baixo. Deve-se dar atenção ao Reino Unido pelo volume e preço médio exportado. No ano de 2007

o total das exportações do setor foram U\$ 1.911.750.369, totalizando 177.052.084 e atingindo um preço médio de U\$10,80.

Se, por um lado, as exportações vêm decaindo ao longo dos anos, observa-se uma tendência de aumento das importações, o que é preocupante para o setor. O consumo per capita também vem diminuindo ao longo dos anos conforme tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Produção brasileira de calçados e consumo aparente (milhões de pares)

ITEM	2003	2004	2005	2006	2007
PRODUÇÃO	897	916	877	830	808
IMPORTAÇÃO	5	9	17	19	29
EXPORTAÇÃO	189	212	190	180	177
CONSUMO APARENTE	713	713	704	669	660
CONSUMO PER CAPITA (PARES)	4,10	3,90	3,80	3,60	3,59

Fonte IEMI, MDIC/SECEX, IBGE. Elaborado pela UIC (Unidade de Inteligência Comercial) ABICALÇADOS.

*Nota: Produção Estimada IEMI Novembro/2008

As importações de calçados vêm crescendo no Brasil nos últimos anos e a China se firmou como principal mercado de onde o Brasil faz suas importações de calçados.

Na tabela abaixo é possível verificar o percentual de participação da China sobre o total das importações brasileiras de calçados em cada ano.

Tabela 3: Evolução das importações brasileira da China

ANO	IMPORTAÇÃO DA CHINA (A) US\$	PARES (B)	IMPORTAÇÃO TOTAL DO BRASIL (C) US\$	PARES (D)	(A)/(C) PART (%)	(B)/(D) PART (%)
2000	19143461	3198.477	43736881	5671935	43,8%	56,4%
2001	17579885	3261346	50776248	6181450	34,6%	52,8%
2002	25684090	3490065	44987830	5097271	57,1%	68,5%
2003	30604999	3901070	47777633	5271711	64,1%	74%

2004	45853172	7282658	65284453	8894719	70,2%	81,9%
2005	78783485	13795636	115483016	16949427	68,2%	81,4%
2006	87852554	14610282	140734989	18561220	62,4%	78,7%
2007	148874096	24511856	209507121	28667567	71,1%	85,5%

Fonte: Elaboração da autora.

5 A CRISE ECONOMICA DE 2008 E SEUS IMPACTOS SOBRE O SETOR COUREIRO-CALÇADISTA GAÚCHO

Este capítulo do trabalho aborda a crise econômica internacional de 2008 explicando a mesma e seus impactos no mundo e na economia brasileira. Depois é analisado o setor coureiro-calçadista gaúcho e sua evolução frente à crise e no pós crise para obter os resultados de como a crise atingiu o setor coureiro-calçadista gaúcho.

5.1 Origem, causas e impactos da crise de 2008 sobre a economia brasileira

A crise econômica mundial de 2008 tem origem no setor imobiliário dos Estados Unidos da América. E devido à globalização ela refletiu-se no mundo todo com ênfase nos países ricos e desenvolvidos.

Para entendermos a crise imobiliária norte-americana precisamos voltar até o ano de 2001. Com o atentado terrorista de 11 de Setembro e com a crise das empresas de internet, o Banco Central dos EUA, Federal Reserve (Fed), com o objetivo de fazer a economia alavancar passou a reduzir sua taxa de juros a fim de baratear empréstimos e financiamentos e encorajar consumidores e empresas a voltarem a gastar. Com isso o setor imobiliário cresce.

Foi então criado o sistema das hipotecas subprimes, empréstimos hipotecários de alto risco e de taxa variável concedidos às famílias "frágeis", ou seja, para os clientes maus pagadores, por serem famílias de baixa renda, alguns com histórico de inadimplência e sem patrimônio. Na realidade, eram financiamentos de casas, muitas vezes conjugados com a emissão de cartões de crédito, concedidos a famílias que os bancos sabiam de antemão não ter renda familiar suficiente para poder arcar com suas prestações.

Quando o governo norte-americano, em 2005, precisou aumentar a taxa de juros para tentar reduzir a inflação desregulou-se a máquina; o preço dos imóveis caíram, tornando impossível seu refinanciamento para os clientes, que se tornaram inadimplentes em massa, e esses títulos derivativos se tornaram impossíveis de ser

negociados, a qualquer preço, o que desencadeou um efeito dominó, fazendo balançar o sistema bancário internacional, a partir de agosto de 2007.

A crise se alastra pelo mundo e nesse momento entram os Bancos Centrais, injetando dinheiro a juros baixos para garantir dinheiro no caixa dos bancos. Se isso não resolver, a solução é abrir falência ou tentar que alguém compre o banco e garanta dinheiro no caixa. Diversos bancos tradicionais acabam sendo incorporados por outros ainda maiores, numa tentativa de evitar uma quebra e uma crise de confiança que fizesse com que as pessoas tirassem o seu dinheiro do banco de uma só vez.

A crise internacional de 2008 alcançou a economia brasileira, com impactos sobre a agricultura, o setor externo da economia, a indústria e o emprego.

A agricultura brasileira foi atingida pela crise pela queda nas exportações e pela restrição ao crédito. Pela queda nas exportações os produtos mais afetados foram: complexo da soja (in natura, óleo e farelo), carnes (in natura e industrializada), e etanol.

A crise impactou o setor externo da economia brasileira pela queda dos preços das commodities, pela desvalorização cambial do real frente ao dólar e pela redução da demanda global. Houve redução do superávit comercial, mas continuamos a obter um superávit mesmo frente à crise. Ocorreu também uma inversão nos fluxos de capitais, já que antes da crise há entrada de capitais e com a crise passa a ter fuga de capitais. Isso se deve a aversão dos investidores estrangeiros ao risco. Contudo, a avaliação é de que

O efeito sobre o Balanço de Pagamentos e a Balança Comercial não foi dos piores porque vinham muito bem antes da crise. Entre 2002 e Outubro de 2008 as exportações brasileiras passaram de aproximadamente US\$ 57 bilhões para US\$ 197 bilhões e as importações, de US\$ 54 bilhões para US\$170 bilhões, logo, até antes da crise ocorreu um crescimento extraordinário do comércio exterior que foi possibilitado devido o aumento da demanda mundial e um forte aumento dos preços das commodities nos mercados internacionais. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2008, p.15).

Os impactos da crise sobre o mercado financeiro demoraram a se refletir no mercado financeiro brasileiro. Ao contrário do que ocorreu com outros países, principalmente os desenvolvidos, que foram os mais afetados pela crise econômica mundial de 2008. Isso decorreu devido ao fato dos nossos fundos de investimento

não estarem lastreados aos títulos norte-americanos podres que ocasionaram a crise de 2008, além da boa condição de solvência dos bancos comerciais brasileiros.

A indústria brasileira sofreu uma desaceleração, principalmente nos setores voltados para exportação, pois com a recessão e a desaceleração do crescimento mundial, ocorre uma queda na demanda externa.

O PIB brasileiro apresentou redução de 0,8% no primeiro trimestre de 2009 na comparação com o último trimestre de 2008. A maior redução foi na indústria onde houve queda de 3,1% (IBGE). A indústria de transformação sofreu queda influenciada sobretudo pelo setor calçadista entre 2008 e 2009.

O recuo mais significativo foi registrado pelo conjunto das indústrias têxtil, de vestuário, couro e calçados, queda de 11,2%. Tal segmento, reconhecido por sua capacidade de gerar postos de trabalho, já vinha padecendo com o câmbio apreciado que o País experimentava até outubro de 2008. A produção industrial apresentou uma rápida queda a partir de outubro de 2008. (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI, 2009, p.12).

No ambiente interno há escassez de liquidez, o crédito está restrito e o preço das commodities caíram, ocorre a depreciação do real frente ao dólar, o que é bom para o setor exportador, porém essa vantagem acaba sendo descompensada pela queda na demanda externa.

Além disso, houve suspensão de contratos por compradores internacionais, prejudicando empresas que tinham posições importantes no mercado externo, caso do setor siderúrgico, do agronegócio e do setor de calçados.

Em relação ao emprego formal houve queda nas contratações e demissões. Conforme o IPEA:

Em um ambiente de incertezas, os empregadores agem com mais cautela, evitando contratações formais que significam não só aumento de custos na folha salarial, como também um maior dispêndio caso estes trabalhadores sejam dispensados por conta de uma piora do quadro econômico. (IPEA, 2008, p.15)

O número total de empregos formais no Brasil, segundo levantamento do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego), tem se mantido em moderada recuperação desde o início do

ano, após uma perda de 654 mil postos de trabalho em dezembro de 2008 e de 101 mil em janeiro de 2009, cerca de metade dos quais na indústria.

Ocorreu o alinhamento das filiais no Brasil com as estratégias globais de redução de custos e de retração de investimentos por conglomerados multinacionais.

O governo brasileiro tomou algumas providências para atenuar os efeitos da crise.

A primeira foi assegurar a manutenção dos programas de renda mínima e a segunda providência foi o início de uma sucessão de anúncios de medidas de incentivos ao consumo entre as quais merecem destaque as reduções de impostos para o setor automotivo, para a produção de veículos de duas rodas, para a linha branca e para materiais de construção.

A crise refletiu sobre a taxa de inflação da seguinte forma: a depreciação da taxa de câmbio eleva o custo dos produtos importados o que acaba gerando pressões inflacionárias, inclusive porque vários produtos nacionais utilizam insumos importados. Os produtos importados chegam ao Brasil com preços mais elevados permitindo ao produtor nacional recompor suas margens de lucro que estavam comprimidas devido à concorrência direta com produtos estrangeiros.

Por outro lado, como fator atenuante da inflação brasileira a recessão mundial contribuiu para desacelerar a demanda internacional por matérias primas brasileiras que entre 2007 e a primeira metade de 2008 foi um dos principais fatores de pressão sobre os preços domésticos.

E por fim a incerteza sobre o tamanho e o tempo de duração da crise aliado com a retração do crédito no mercado doméstico gera uma desaceleração da demanda interna contribuindo para manter a inflação sob controle.

5.2. O setor coureiro-calçadista gaúcho nos anos que antecederam à crise

Para se ter uma idéia da importância da indústria coureiro-calçadista na economia gaúcha, é preciso que se tenha em mente que o setor, mesmo tendo passado por momentos de grande dificuldade, foi no final do século passado responsável por 30% da mão-de-obra industrial do Estado (ACINH, 1999) e

contribuiu, nos últimos cinco anos, do século XX com cerca de 20% do total de exportações do Rio Grande do Sul. Isto é o que se representa na tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Representatividade das Exportações Gaúchas de Calçados sobre o total das exportações do Rio Grande do Sul (1995-1999)

Ano	Total de exportações gaúchas em US\$	Exportações de gaúchas de Calçados (US\$)	Participação do setor calçadista (%)
1995	5.181.654.951	1.213.549.966	23.42
1996	5.663.639.938	1.388.923.558	24.52
1997	6.271.050.290	1.341.583.120	21.39
1998	5.628.304.000	1.144.034.167	20.33
1999	4.998.719.967	1.084.651.631	21.70

Fonte: (ACINH, 2000)

Entre 1997 e 1999 surgiram 256 novos estabelecimentos do setor calçadista no Rio Grande do Sul (ACINH, 1999). Mosmann (1999) explica que essas novas empresas apresentam perfil distinto das que as antecederam. Criadas por oriundos de fábricas que encerraram suas atividades ou que praticaram grande downsizing em seus postos de trabalho, se caracterizam por apresentar porte pequeno ou médio, com baixos custos fixos, reduzido pessoal e administração econômica e sem endividamentos, muitas em regime cooperativo. Juntamente com as remanescentes, têm procurado maximizar o grau de aproveitamento de seus ativos fixos já instalados, particularmente máquinas e equipamentos, em uma crescente preocupação em substituir o layout usual da indústria calçadista, passando do sistema de esteiras rolantes para o de células de produção nas áreas de corte, costura e montagem do produto final.

A indústria calçadista, mesmo tendo passado por momentos de grande dificuldade, é responsável por aproximadamente quase a metade dos empregos formais e por cerca de 10% dos empregos industriais do Brasil, o que corresponde em aproximadamente um milhão de postos de trabalho” e vem contribuindo, nos últimos cinco anos, com cerca de 13% do total de exportações do Rio Grande do Sul (ACINH, 2007)

A tabela 5 abaixo apresenta dados sobre as exportações de calçados e a sua importância no total das exportações do Rio Grande do Sul:

Tabela 5: Representatividade das Exportações Gaúchas de Calçados sobre o total das exportações do Rio Grande do Sul (2003- 2007)

Ano	Total de exportações gaúchas (US\$)	Exportações gaúchas de calçados (US\$)	Participação do setor calçadista (%)
2007	15.017.674.227	1.215.224.318	8,09%
2006	11.802.078.723	1.256.910.510	10,65%
2005	10.453.684.362	1.310.341.737	12,53%
2004	9.878.602.143	1.274.482.587	12,90%
2003	8.013.263.165	1.149.407.668	14,34%

Fonte: (ABICALÇADOS, e FEE - RS). Elaborada por GONÇALVES e HAFFNER

Conforme tabela acima, o percentual da participação do setor calçadista gaúcho em relação às exportações do Rio Grande do Sul veio diminuindo gradativamente nos últimos cinco anos, sinal da perda de mercado do setor que é voltado para o mercado externo e vem sofrendo com a perda de competitividade frente ao mercado asiático e com a apreciação da moeda doméstica.

Porém, as exportações gaúchas aumentaram nos últimos anos sinal de que outros setores vêm crescendo sua participação nas exportações gaúchas, pois o total de exportações cresceu e a participação do setor diminuiu.

No que se refere às exportações de calçados do Rio Grande do Sul observa-se que a importância e participação do setor em nível nacional está caindo, tanto no número de pares comercializados como percentualmente em relação a outros estados. Porém, far-se-á necessário observar que o preço médio vem aumentando consideravelmente, conforme dados apresentados na tabela 6 abaixo.

Tabela 6: Exportações brasileira de calçados

Ano	Pares (mil)	US\$ (mil)	Preço Médio	Participação gaúcha (%)
2007	177.052	1.911.750	10,80	39,43
2006	180.435	1.863.118	10,33	45,36
2005	189.672	1.891.558	9,47	52,14
2004	211.434	1.699.941	8,04	56,43
2003	188.952	1.552.074	8,21	61,85

Fonte: (ABICALÇADOS, 2007). Elaborada por GONÇALVES e HAFFNER

Analisando as exportações brasileiras de calçados por Estado em 2007, conforme dados da ABICALÇADOS (2007), percebe-se que o Estado do Rio Grande do Sul representou 63,57% do total das exportações em faturamento. Porém, em

volume de pares de calçados exportados, sua participação foi somente de 39,43%. Estes dados, sem sombra de dúvida, afirmam que os calçados gaúchos possuem maior valor agregado que os de outros estados brasileiros. Segundo a fonte citada:

A indústria calçadista gaúcha é formada por cerca de três mil e quinhentas empresas que, em 2007, empregaram em torno de 121 mil trabalhadores formais. Essas empresas geraram 63,6% do valor das exportações brasileiras de calçados com o embarque de 70 milhões de pares, o que representou 39,4% do volume total exportado pelo Brasil (ABICALÇACOS, 2007).

5.3 O setor coureiro-calçadista gaúcho diante da crise

A crise fez com que o setor continuasse em queda, algo que já vinha ocorrendo antes da crise, pois o calçado gaúcho já vinha perdendo espaço no mercado internacional para o mercado asiático, principalmente para a China.

Se analisarmos a exportação do setor coureiro-calçadista no ano de 2008 veremos que “os calçados continuaram em queda ao longo de 2008. A receita obtida nesse ano foi de US\$ 1,21 bilhões e como no ano anterior havia atingido US\$ 1,29 bilhões verificou-se uma queda de 6%.”(GARCIA, 2009, p.8).

Os calçados de borracha e plástico vêm se destacando. Novos pólos produtores de calçados no Brasil vêm surgindo, como no nordeste brasileiro entre eles destacam-se o Estado do Ceará, Bahia e Paraíba. Esses Estados produzem um calçado de menor valor, mas vem crescendo no número de pares exportados pelo fato de terem boa aceitação no mercado externo. Ocorre então, que,

Em outros Estados brasileiros, como o Ceará, é expressiva a parcela da produção destinada ao mercado interno, mas as exportações em pares vêm crescendo significativamente, a ponto de esse Estado ser o maior exportador brasileiro em volume de pares embarcados na atualidade (CAMPOS, 2009, não paginado)

O Rio Grande do Sul produz calçado feminino de couro com qualidade reconhecida e preponderantemente voltado para o mercado externo. Esse fato deixa esse segmento da indústria coureiro-calçadista mais sensível às flutuações da taxa

cambial e às crises internacionais, quando comparado, por exemplo, ao segmento que produz calçado mais popular, já que, nesse caso, por se tratarem de calçados

(...) de menor preço, sintéticos ou de borracha, e com design inovador encontraram menor dificuldade para continuar colocando-se no mercado internacional, principalmente os com marca própria. Cabe ressaltar-se, também, a ofensiva chinesa de colocação de seus excedentes de calçados a preços muito reduzidos nos mercados que vêm sendo ocupados pelos exportadores brasileiros. (CAMPOS, 2009, não paginado)

O fato, contudo, é que no ano de 2008, os impactos da crise financeira internacional produziram uma diminuição de 16,4 mil empregos nas indústrias da cadeia coureiro-calçadista (CAMPOS, 2009). O maior destaque foi o Rio Grande do Sul, que, nesse período, perdeu 25% dos postos de trabalho (CAMPOS, 2009).

Também com relação ao mercado externo, as dificuldades para os calçadistas gaúchos aumentaram ainda mais após a crise internacional, com as exportações continuando a cair, no 1º trimestre de 2009, como será visto mais adiante.

Em frente à crise o setor procurou investir no mercado interno, tendo em vista a recessão mundial, porém, os chineses, nesse mesmo período, também avançaram na estratégia de escoar a sua produção para o mercado latino-americano, sobretudo para o Brasil.

O setor calçadista gaúcho mais uma vez vê o mercado chinês de calçados ganhando mercado por ser mais competitivo.

O setor obrigou o governo a criar sobretaxas aos calçados chineses por prática de dumping pelos produtores daquele país asiático. Logo, em 29/12/2008, a Secretaria de Comércio Exterior através da Circular nº 95, que foi publicada no DOU (Diário Oficial da União) em 31/12/2008, inicia uma investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações de calçados da China para o Brasil e, por meio da Resolução nº 14 de 03/03/2010, resolve aplicar Direito Antidumping definitivo por até 5 anos, isto é, até 05/03/2015, sendo estipulado o preço de US\$ 13,85/ par.

Essa estratégia deu fôlego ao setor, pois a sobretaxação das importações de calçados chineses foi um sucesso, já que tornou inviável cerca de 90% das importações de calçados chineses o que deu crescimento no âmbito doméstico para o setor.

Todavia, a situação do setor continua a inspirar preocupação, conforme avaliação da Abicalçados (2009), ao constatar que “O crescimento total da entrada de calçados chineses no Brasil registrado entre 1999 e 2009 é de 1.026% em dólares e 498% em pares. Mesmo com a queda ocorrida em 2009, os aumentos anuais são expressivos”(ABICALÇADOS, 2009, p.7).

Analisando a tabela 7 observa-se que no ano 2009, a crise se fez sentir todos os Estados brasileiros produtores de calçados apresentaram queda nas suas exportações. O ano de 2009 foi bastante negativo para a indústria brasileira exportadora de calçados, retraída pela crise mundial e pela valorização do Real durante o ano. Assim, o valor exportado caiu de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 1,4 bilhão, uma queda percentual de 27,7%.

Observa-se também que os Estados brasileiros tradicionais produtores de calçados, como o Rio Grande do Sul e São Paulo, foram os que mais sentiram a crise do final de 2008, com o primeiro desses Estados sofrendo, no ano de 2009, uma redução de 31,5% nas suas exportações de calçados, e o segundo, uma redução de 35,9%, no ano de 2009. Minas Gerais também teve queda nas exportações de 13,2% nesse mesmo ano.

É interessante notar ainda que o setor calçadista brasileiro já vinha acumulando queda das exportações desde o ano de 2008, quando, a indústria como um todo, diminuiu em 1,6% suas exportações, e isto, apesar do desempenho positivo dos novos pólos produtores que surgiram no nordeste brasileiro e começaram a crescer a partir da década de 90 que apresentaram um crescimento nas suas exportações mesmo frente a crise de 2008.

Tabela7: Uma análise das exportações de calçados no ano 2007 até 2009

ESTADOS	Exportação em 2007 em US\$ (A)	Exportação em 2008 em US\$ (B)	Exportação em 2009 em US\$ (C)	B/A (Var. %)	C/B (Var. %)
RIO GRANDE DO SUL	1.215.224.318	1.117.679.008	765.803.317	-8,0 %	-31,5%
CEARÁ	299.880.154	346.396.937	294.329.583	15,5 %	-15%
SÃO PAULO	201.601.311	185.442.264	118.944.958	-8,0 %	-35,9%
BAHIA	79.760.353	82.649.995	69.912.249	3,6 %	-15,4%
PARAÍBA	52.748.548	77.770.609	60.614.828	47,4 %	-22,1%
MINAS GERAIS	17.339.463	16.222.762	14.078.055	-6,4 %	-13,2%

SERGIPE	9.465.817	14.923.322	7.637.532	57,7 %	-48,8%
SANTA CATARINA	9.026.589	11.816.786	7.569.283	30,9 %	-35,9%
PERNAMBUCO	11.079.453	11.536.912	4.693.769	4,1 %	-59,3%
PARANÁ	9.570.798	10.105.211	7.730.382	5,6 %	-23,5%
ESPIRITO SANTO	1.716.408	2.283.555	1.143.513	33,0 %	-49,9%
RIO DE JANEIRO	1.554.596	1.848.844	1.755.779	18,9 %	-5%
OUTROS	2.782.561	2.632.146	5.802.742	-5,4%	-21,4%
TOTAL	1.911.750.369	1.881.308.351	1.360.015.990	-1,6 %	-27,7%

Fonte: ABICALÇADOS. Elaboração própria.

Ao que se observa, no entanto, os efeitos da crise de 2008 já teriam passado, e o setor calçadista gaúcho volta a crescer em 2010.

Na tabela 8 analisamos o desempenho do setor no ano corrente, com dados para o primeiro quadrimestre de 2009 e primeiro quadrimestre de 2010.

Alguns Estados brasileiros como São Paulo, Paraíba, Santa Catarina e Paraná tiveram queda nas suas exportações no ano de 2010.

Porém, o presente ano até agora foi positivo no total das exportações brasileiras em dólares, já que houve um aumento de 11,3% nas exportações.

Entre os Estados brasileiros exportadores de calçados nota-se que a partir de 2009 e em 2010, o Estado de Mato Grosso do Sul, que antes figurava como *outros* Estados, passa a ser um dos principais Estados exportadores de calçados.

Tabela 8: Uma análise das exportações de calçados no ano 2009 e 2010

ESTADOS	EXPORTAÇÕES ENTRE 01/2009 E 04/2009 (EM US\$) (A)	EXPORTAÇÕES ENTRE 01/2010 E 04/2010 (EM US\$) (B)	(B)/(A) Var. %
RIO GRANDE DO SUL	255.630.421	259.881.621	1,7%
CEARA	105.008.159	146.351.248	39,4%
SAO PAULO	37.006.101	35.467.165	-4,2%
BAHIA	24.882.380	31.209.413	25,4%
PARAIBA	29.700.403	26.580.329	-10,5%
MINAS GERAIS	4.795.207	6.339.882	32,2%
SERGIPE	2.700.682	5.370.800	98,9%
SANTA CATARINA	3.375.066	2.847.537	-15,6%

PARANÁ	2.600.729	2.521.364	-3,1%
MATO GROSSO DO SUL	659.644	1.861.869	182,3%
PERNAMBUCO	1.274.959	1.633.161	28,1%
RIO DE JANEIRO	447.591	774.634	73,1%
OUTROS	992.052	1.314.463	32,5%
TOTAL	469.073.394	522.153.486	11,3 %

Fonte: ABICALÇADOS. Elaboração própria

Em relação às importações, elas vêm crescendo, sobretudo depois da abertura comercial. A concorrência e a competitividade gerada pela globalização também torna os calçados chineses, principalmente, atrativos também no mercado doméstico.

A tabela 9 abaixo mostra que a crise econômica internacional de 2008 afetou um pouco as importações brasileiras de calçados que caíram 3,6% entre 2008 e 2009.

Houve decréscimo de calçados importados da China, na ordem de 16,1% entre 2008 e 2009. Depois de um crescimento extraordinário dos calçados chineses no mercado brasileiro em 2009 ocorre queda nas importações oriundas da China.

Outros países asiáticos, como Hong Kong e Índia, passaram a concorrer pela fatia do mercado deixada pelo China.

A China, o Vietnã e a Indonésia têm sido os principais fornecedores de calçados para o mercado brasileiro, com destaque para a China que representa, atualmente, mais de 60% do total das importações brasileiras de calçados em US\$ e mais de 70% em pares. (ABICALÇADOS,2009,p.4)

Estes três países asiáticos juntos somam US\$ 273,8 milhões e 28,5 milhões de pares, participando com 92,3% em US\$, e 93,8%, em pares, do total de calçados importados pelo Brasil em 2009.

O Vietnã e a Indonésia mantiveram um forte ritmo de crescimento das suas exportações para o Brasil em 2009. O Vietnã cresceu 36,9% em US\$ e 26,9% em pares. A Indonésia chegou a 67% e 76,4%. Já a China sofreu uma redução de 16,1% e 32,7% e, sendo responsável pela maior fatia, liderou a queda das importações brasileiras de calçados em 2009. (ABICALÇADOS, 2009, p.4)

Analisando as importações brasileiras de calçados observa-se que China, Vietnã, Indonésia e Itália permaneceram como principais países de onde o Brasil faz as suas importações de calçados, porém, Tailândia e Argentina cederam lugar para

Hong Kong e Índia entre 2008 e 2009 como os maiores importadores de calçados para o Brasil. A situação mais estável é a mostrada pela Itália, "... que manteve o fornecimento de calçados para o Brasil na faixa dos US\$ 8 milhões com quase 80 mil pares de calçados em 2009"(ABICALÇADOS, 2009, p.4).

Tabela 9: Os seis principais países de onde o Brasil importou calçados (2007- 2009)

PAÍSES	BRASIL - IMPORTAÇÕES EM 2007 EM US\$MIL (A)	BRASIL - IMPORTAÇÕES EM 2008 EM US\$MIL (B)	BRASIL - IMPORTAÇÕES EM 2009 EM US\$MIL (C)	B/A VAR. %	C/B VAR. %
CHINA	148.874	218.716	183.561	46,9 %	-16,1 %
VIETNÃ	29.240	47.099	64.472	61,1 %	36,9 %
INDONÉSIA	11.798	15.460	25.817	31,0 %	67,0 %
ITÁLIA	8.198	8.567	8.242	4,5 %	-3,8 %
TAILÂNDIA	2.644	3.920	-	48,3 %	-
ARGENTI- NA	1.801	3.050	-	69,4 %	-
HONG KONG	-	731	2.288	-	213,0 %
INDIA	-	539	1.664	-	208,7 %
TOTAL*	209506	307462	296500	46,8%	-3,6%

Fonte: ABICALÇADOS. Elaboração própria

*O total de importações brasileiras de calçado.

A China ainda domina o mercado brasileiro, mesmo que no ano de 2009 perceba-se que a participação chinesa diminuiu, enquanto Vietnã e Indonésia avançaram.

De qualquer forma, a China ainda possui uma forte atuação no mercado brasileiro, sendo responsável por 61,9% das importações brasileiras de calçados em dólares.

Porém, percebe-se que o Vietnã vem crescendo a sua participação percentual nas importações brasileiras de calçados.

Em 2007 o Vietnã correspondia a 13,95% das importações, passou para 15,31% no ano seguinte, e em 2009 já está tomando conta de 21,74% do mercado brasileiro.

A Indonésia avançou um pouco em 2009, com a participação de suas exportações passando de 5,02% para 8,70% do total importado pelo Brasil entre 2008/2009.

Tabela 10: Composição Relativa das importações

PAÍSES	Participação relativa nas importações do Brasil (2007) (%)	Participação relativa nas importações do Brasil (2008) (%)	Participação relativa nas importações do Brasil (2009) (%)
CHINA	71,05%	71,13%	61,90%
VIETNÃ	13,95%	15,31%	21,74%
INDONÉSIA	5,63%	5,02%	8,70%
ITÁLIA	3,91%	2,78%	2,78%
TAILÂNDIA	1,26%	1,27%	-
ARGENTINA	0,86%	0,99%	-
HONG KONG	-	0,24%	0,77%
INDIA	-	0,17%	0,56%
TOTAL*	100%	100%	100%

Fonte: ABICALÇADOS. Elaboração própria

*Total de importações brasileiras de calçados

Ao analisarmos, na tabela11, as importações brasileiras de calçados no ano de 2010, com dados para o primeiro quadrimestre de 2009 e primeiro quadrimestre

de 2010, temos como dado mais interessante que pela primeira vez a China perde a posição de líder nas importações brasileira de calçados e o Vietnã passa a ser o país líder. A Malásia surge como um dos principais países de onde o Brasil faz importação de calçados. O México ganha posições crescendo em 1553% sua participação nas importações feitas pelo Brasil no período 2009-2010. A Itália continua como um dos principais países, porém cai da quarta para a quinta posição no ranking.

Tabela 11: Os seis principais países de onde o Brasil importou calçados (2009 e 2010)

PAÍSES	IMPORTAÇÃO ENTRE JANEIRO E MAIO DE 2009 (US\$ MIL)	IMPORTAÇÃO ENTRE JANEIRO E MAIO DE 2010 (US\$ MIL)	VARIAÇÃO %
VIETNA	22.430	48.671	117,0
CHINA	104.537	32.069	-69,3
INDONESIA	11.638	17.194	47,7
MALASIA	78	8.536	*****
ITALIA	3.120	3.429	9,9
MEXICO	181	2.992	1553,0

Fonte: ABICALÇADOS. Elaboração própria

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, para entendermos o setor coureiro-calçadista gaúcho analisamos o mesmo desde o seu surgimento com a chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Estado do Rio Grande do Sul, os quais trouxeram consigo as técnicas de produção artesanal.

Acompanhamos o seu desenvolvimento ao longo da história e percebemos que tanto pela sua importância histórica e cultural na região do Vale dos Sinos, onde o setor coureiro-calçadista gaúcho se desenvolveu, como pelo seu desempenho e importância no mercado nacional e internacional, sem dúvida, esse setor é de suma importância para o Estado do Rio Grande do Sul.

O Estado do Rio Grande do Sul é líder na exportação de calçados, apesar de nos últimos anos estar perdendo mercado devido à concorrência asiática que se sobressaiu com a abertura comercial dos anos 1990. O principal mercado de exportação dos calçados gaúchos, os EUA, começam a ser tomado pelos calçados chineses. A China é a líder mundial nas exportações de calçados.

O preço médio do calçado gaúcho aumentou, porém o número de pares vendidos diminuiu. Mas mesmo assim o Rio Grande do Sul continua sendo líder na exportação de calçados no Brasil quando medida em dólares. Porém recentemente perdeu para o Estado do Ceará a liderança no número de pares exportados.

A perda de competitividade do setor se fez sentir também no mercado interno, onde a China passou a dominar. Então, frente à crise de 2008, quando o cenário internacional estava adverso, o Brasil procurou fôlego no mercado interno e percebe o mesmo dominado pelos chineses. Mas em 2010, pela primeira vez, a China perde a liderança nas importações brasileiras de calçados. Esse ano marca também uma retomada do crescimento das exportações gaúchas de calçados que já vinham caindo antes da crise de 2008.

Para responder ao aumento da pressão competitiva trazido pelos anos 1990, em particular, o aumento das importações de calçados provenientes dos países asiáticos, algumas medidas foram tomadas pelo setor coureiro calçadista, brasileiro e gaúcho, tais como: agregar valor ao seu calçado, para isso passou a investir em marca, usando das tendências e da moda; investimento em design, qualidade e sofisticação; busca de diversificação do mercado consumidor. Com esse propósito, a

participação em feiras para expor os produtos começou a ser uma meta; Além disso, o setor conseguiu que o governo federal impusesse sobretaxas aos calçados chineses, punindo por prática de dumping os produtores de calçados daquele país.

A crise econômica de 2008 impactou pouco o setor coureiro-calçadista gaúcho, já que o mesmo estava perdendo mercado e vinha caindo a sua produção e exportação desde a década de 1990, com alguns períodos de expansão e outros de contração.

Porém desde 2005 o setor só vinha em queda e só foi conseguir voltar a crescer em 2010.

No momento de crise de 2008 buscou como alternativa o mercado interno, porém a crise só fez aumentar a entrada de calçados chineses no Brasil.

Os calçados advindos da China cresceram muito no mercado brasileiro durante o período 1999-2009 sendo a China líder nas importações brasileiras de calçados.

É um fato importante para o setor foi o governo ter estabelecido a Lei Antidumping, já que a mesma deu fôlego para o setor frente à crise no mercado interno e fez a China perder a liderança nas importações de calçados no Brasil.

O setor calçadista gaúcho foi mais atingido com a crise do que nos outros Estados brasileiro. Principalmente se comparado com o setor calçadista nordestino que por produzir um calçado de menor valor, mas com maior aceitação internacional e com bom desempenho no mercado interno não sentiu tanto a crise.

O calçado gaúcho agrega mais valor, porém está mais voltado para o mercado externo, sobretudo para os EUA. Apesar de ter diversificado os mercados consumidores, os EUA ainda é o primeiro nas exportações gaúcha de calçado.

Enfim a crise impactou pouco o setor coureiro-calçadista gaúcho, porque o setor já vinha perdendo mercado antes da crise, mas se comparado com o setor calçadista brasileiro o setor calçadista gaúcho sentiu mais a crise do que os outros Estados brasileiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE CALÇADOS. **Histórico das exportações brasileiras**. Análise histórica elaborada pela Abicalçados do período de 1990 a 2009, com verificação da evolução das exportações brasileiras de calçados e os principais países de destino. Novo Hamburgo, 2010.

_____. **Histórico das importações brasileiras**. Análise histórica elaborada pela Abicalçados do período de 1999 a 2009, com verificação da evolução das importações brasileiras de calçados e os principais países de origem. Novo Hamburgo, 2010.

BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BAUMANN, Renato. **Brasil uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOTELHO, Marisa dos Reis A.; XAVIER, Clésio Lourenço. A inserção externa da indústria de calçados brasileira. **Ensaio da FEE**, Porto Alegre, v.27, n.2, p.325 - 354, 2006.

CALANDRO, Maria Lucrecia; CAMPOS, Silvia Horst. Nova Configuração do mercado internacional de calçados e os impactos sobre a indústria calçadista gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.30, n. especial, p.517-546, 2009.

CAMPOS, Silvia Horst. A cadeia coureiro-calçadista no Brasil e no RS: desempenho e impactos da crise. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.37, n.1, não paginado, 2009.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini; PASSOS, Maria Cristina. **Indústria Gaúcha Competitividade e Inovação**. São Leopoldo: Unisinos, 1998.

COSTA, Achules Barcelos da; FROEHLICH, Cristiane. Trajetória Empresarial em cluster calçadista brasileiro: o caso da Paquetá. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.29, n.2, p. , 2008.

FENSTERSEIFER, Jaime E. (org). **O Complexo Calçadista em Perspectiva: tecnologia e competitividade: um estudo sobre a competitividade da indústria calçadista sob a ótica da tecnologia.** Porto Alegre: Ortiz, 1995.

GARCIA, Álvaro Antonio. As exportações gaúchas em 2008. FEE Textos para discussão n.58, Porto Alegre; 2009.

GARCIA, Álvaro Antonio. As exportações gaúchas em 2009. FEE Textos para discussão n.74, Porto Alegre; 2009.

GONÇALVES, Cristiano; HAFFNER, Jacqueline A. H. **O setor calçadista no RS: uma análise da sua evolução recente.** Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em 22 de Abril de 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Seis meses de crise: O impacto na indústria segundo a intensidade tecnológica.** Junho de 2009.

IEDI (INSTITUTO ESTUDO PARA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL). **Seis meses de crise: o impacto na indústria segundo a intensidade tecnológica.** 2009

LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na história do RS. **Ensaio FEE,** Porto Alegre, v.7, n.2, p.69-82,1986.

LOPES, Herton Castiglioni; FILHO, Pascoal José Marion. **Mudança Estrutural e competitividade: um estudo da alteração do padrão de concorrência do setor calçadista do RS.** Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 16 de Abril de 2010.

MOSMANN, G. **A crise Calçadista.** Novo Hamburgo: ACINH, 1995.

ORSSATTO, R. A Influência dos Modos de Racionalidade na Estruturação das Indústrias Calçadistas de Novo Hamburgo. In: FENSTERSEIFER, J. (Org.) **O Complexo Coureiro Calçadista em Perspectiva: Tecnologia e Competitividade.** Porto Alegre: Ortiz, 1995, p. 247-280.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização.** Porto Alegre: Editora da Universidade,1999.

WIKIPEDIA. A enciclopédia livre. **A crise econômica de 2008-2009**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/crise_eco>. Acesso em: 20 de maio de 2010.